ÁFRICA SUBSARIANA

Uma reabertura cautelosa

As perspetivas para 2020–21 são consideravelmente piores do que o esperado em abril e estão sujeitas a uma grande incerteza. Refletem um ambiente externo mais fraco e as medidas para conter o surto da COVID-19 que tem vindo a acelerar nas últimas semanas em vários países da África Subsariana.

Projeta-se agora que a atividade económica deste ano se contraia cerca de 3,2%, claramente pior do que a contração de 1,6% prevista em abril. Prevê-se que o crescimento recupere para 3,4% em 2021, sujeito ao alívio gradual e contínuo das restrições que se iniciaram nas últimas semanas e, sobretudo, se a região evitar a mesma dinâmica epidémica que se verificou noutras partes do mundo.

Entre os grupos de países, prevê-se que o crescimento apresente a maior queda nos países dependentes do turismo e ricos em recursos naturais. O crescimento nos países com poucos recursos naturais deverá estagnar quase por completo. Todos os países, à exceção de dois, deverão registar uma diminuição do rendimento real per capita, variando entre 0,1% e 15%. Em média, os rendimentos per capita em toda a região diminuirão 7% em relação aos níveis previstos em outubro de 2019, situando-se próximo dos níveis observados há quase dez anos.

Os riscos em sentido descendente poderão materializar-se se os sistemas de saúde forem sobrecarregados, uma vez que muitas economias reabriram antes de a infeção ter atingido o seu pico. No entanto, com a flexibilização das condições financeiras mundiais e uma recuperação dos preços do petróleo e de outras matérias-primas, a contração projetada poderá ser menos pronunciada.

As políticas regionais devem permanecer centradas na salvaguarda da saúde pública, apoiando as pessoas e as empresas mais afetadas pela crise e facilitando a recuperação.

DESENVOLVIMENTOS RECENTES

Alguns países começaram a aliviar as medidas de contenção, mesmo com a aceleração de novos casos

Pouco depois do 100.º caso da região, em 15 de março, muitas autoridades nacionais adotaram, de forma proativa, medidas rigorosas de contenção para controlar o surto. Apesar destas medidas audaciosas, o número de casos atingiu um quarto de milhão, dos quais mais de 60% foram detetados na África do Sul, no Gana e na Nigéria. Cerca de 4 a 5 mil novos casos são registados diariamente, o que equivale a uma duplicação de casos a cada duas a três semanas. Com quase 130 casos por milhão de habitantes, a proliferação do vírus é agora menor na África Subsariana do que na América Latina e na Europa, mas maior do que na Ásia.

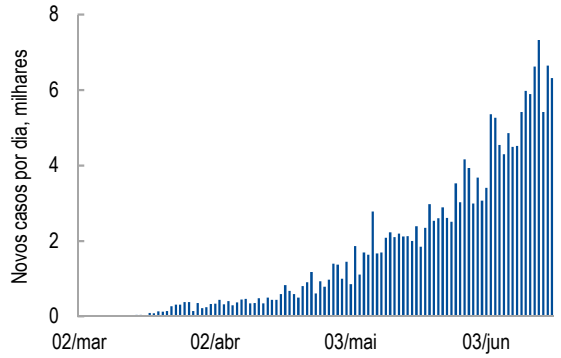
Muitos países – como África do Sul, Camarões, Maurícias, Níger, Ruanda – têm estado a aliviar gradualmente as restrições desde o final de abril. No entanto, alguns relaxaram as medidas de mitigação por necessidade económica (inclusive por disporem de redes de segurança limitadas) antes de a curva de infeção ter atingido o seu pico. Além disso, as limitações da capacidade de testagem sugerem que muitos casos ativos podem não ser detetados e a verdadeira extensão da epidemia poderá estar a ser subestimada (Figuras 1.1 e 1.2).

As medidas de contenção pesaram na atividade económica e no bem-estar…

Os indicadores de alta frequência apontam para uma forte contração do consumo e do produto até maio. Na África do Sul, as vendas de veículos novos em abril representaram apenas 2% das do mesmo mês do ano passado, embora em maio tenham aumentado para um terço do nível do ano anterior. No primeiro trimestre de 2020, a confiança dos consumidores na África do Sul e na Nigéria diminuiu para o nível mais baixo em dois

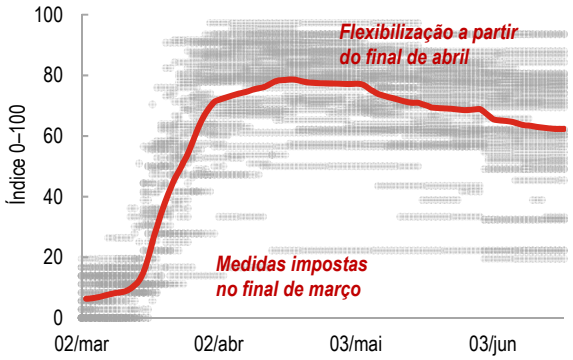
A atualização de junho de 2020 das *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* foi elaborada por uma equipa liderada por Michael Gorbanyov sob a supervisão de Catriona Purfield, Papa N'Diaye e Aqib Aslam. A equipa foi composta por Reda Cherif, Seung Mo Choi, Cleary Haines e Andrew John Tiffin.

Figura 1.1. África Subsariana: Novos casos de COVID-19, 2020



Fonte: Universidade Johns Hopkins, sítio Web do Center for Systems Science and Engineering; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Figura 1.2. África Subsariana: Rigor do confinamento, 2020



Fontes: Oxford COVID-19 Government Response Tracker; e cálculos do corpo técnico do FMI.

anos, embora o impacto do choque da COVID-19 ainda não se tivesse sentido plenamente. Os confinamentos, uma menor procura interna e a perturbação das cadeias de fornecimento afetaram a atividade da indústria transformadora. A baixa atividade também se traduziu em menores emissões de carbono com grandes descidas dos níveis de dióxido de azoto (NO_2), uma forma de emissão tóxica produzida por veículos que queimam combustíveis fósseis, assim como na redução de outras atividades industriais em abril.

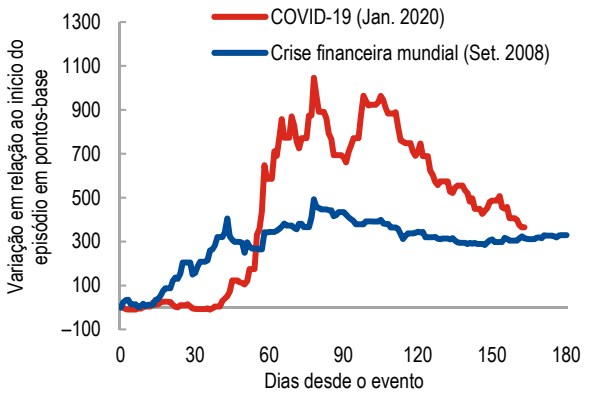
As medidas de contenção levaram a que mais pessoas ficassem em casa e diminuíssem as deslocações diárias para as áreas de serviços e instalações recreativas, incluindo a economia informal. Os dados da Google Mobility Trends – que acompanha o historial de localização de utilizadores de telemóveis – confirmaram uma atividade de contração acentuada em abril em muitos países nas áreas do retalho e da restauração (30%), do turismo e dos transporte (50%) e no local de trabalho (30%). No entanto, o impacto das medidas de contenção na mobilidade é menos acentuado do que nas economias avançadas.

…assim como um ambiente externo mais fraco…

O crescimento mundial relativo a 2020 foi revisto em baixa em cerca de 1,9 pontos percentuais (p.p.), passando para -4,9%, projetando-se que recupere para 5,4% até 2021. O comércio mundial diminuiu 3,5% no primeiro trimestre de 2020. Os preços do petróleo caíram precipitadamente, tendo os preços de alguns contratos entrado brevemente em território negativo em abril, mas desde então recuperaram quando se alcançou o acordo da OPEP+ de redução da produção. Os preços dos metais de base e de outras matérias-primas também registaram uma descida. As viagens à escala mundial e os fluxos de turismo estão parados.

As condições de financiamento mais restritivas a nível mundial desencadearam fluxos de saída de capitais de economias de mercados emergentes e de fronteira, o que resultou num alargamento acentuado dos diferenciais das taxas de juro e na saída temporária dos mutuários de grau de subinvestimento dos mercados de capitais mundiais. Antes da crise, o Gabão e o Gana levantaram cerca de 4 mil milhões de USD em Eurobonds emitidas em janeiro-fevereiro. No entanto, os diferenciais das taxas de juro aumentaram mais de 1000 pontos-base (p.b.), em média, o dobro do auge da crise financeira mundial em 2007–09 (Figura 1.3). O alargamento dos diferenciais foi acompanhado por grandes fluxos de saída de capital, que ascenderam a cerca de 5 mil milhões de USD entre fevereiro e

Figura 1.3. África Subsariana: diferenciais do índice EMBI de obrigações dos mercados emergentes



Fonte: Bloomberg Financial LP; e cálculos do corpo técnico do FMI.

maio. Os fluxos de saída situaram-se, em média, em cerca de 0,5% do PIB e foram os maiores em relação ao PIB na África do Sul (1,25% do PIB), no Gana (0,5% do PIB) e na Côte d'Ivoire (0,75% do PIB). Esta situação obrigou as autoridades regionais a aumentar o recurso ao financiamento oficial e nacional mais dispendioso. Apesar de alguns fluxos de entrada em junho e da diminuição dos diferenciais nos últimos meses, as condições financeiras continuam a ser difíceis.

Além disso, espera-se que os fluxos de remessas diminuam cerca de 20%. Este declínio poderá ter um impacto considerável na região, uma vez que, nos últimos anos, as remessas ultrapassaram o IDE e os fluxos de desenvolvimento oficial e constituem a principal fonte de rendimentos estrangeiros para a região, ascendendo a 47 mil milhões de USD em 2019.

… conforme confirmado pelas previsões de muito curto prazo

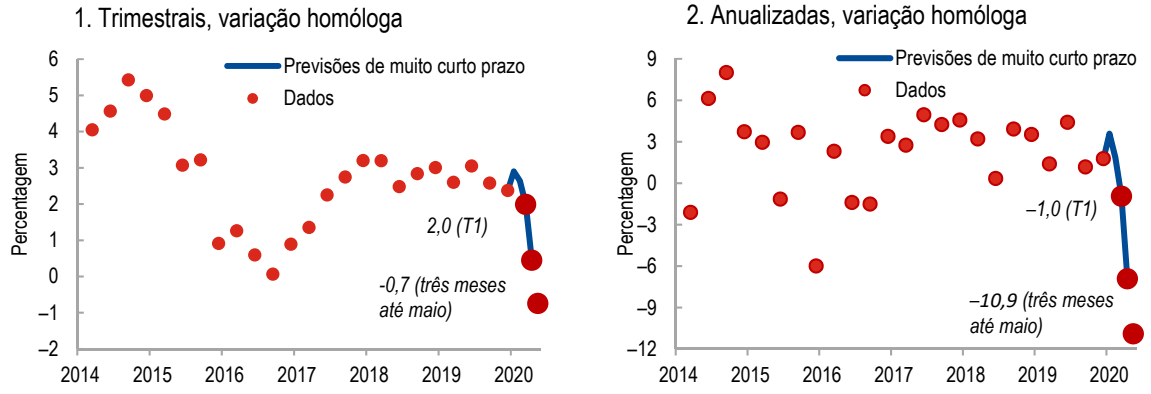
Refletindo estes fatores, as previsões de muito curto prazo para o PIB da região – com base em indicadores de alta frequência das maiores economias – apontam para um declínio acentuado do crescimento em termos homólogos para -0,7% no período de três meses até maio. Em termos trimestrais, estima-se que o crescimento tenha diminuído para -10,9% (anualizado) nos três meses até maio, o que representa o pior crescimento registado (Figura 1.4).

Em resposta à crise, os países flexibilizaram as políticas macroeconómicas

Face a esta crise sanitária, a maioria das autoridades nacionais alocou mais recursos aos cuidados de saúde e às medidas de contenção do vírus e prestou apoio às famílias vulneráveis através de uma série de medidas. Não obstante a diminuição da mobilização de receitas internas, a dimensão dos pacotes orçamentais anunciados foi, em média, de 3% do PIB, dos quais cerca de 0,75% do PIB estavam associados a aumentos das despesas de saúde. Muitas autoridades estão limitadas na sua capacidade para mitigar o impacto da crise através de uma maior despesa e do apoio às suas economias devido à deterioração das condições financeiras e ao desaparecimento do espaço orçamental. Por conseguinte, muitos destes aumentos foram, em parte, à custa das despesas correntes e de capital noutras áreas. Por outro lado, a União Económica e Monetária da África Ocidental proporcionou espaço adicional, suspendendo temporariamente os critérios de convergência, a fim de permitir uma maior flexibilidade na resposta de política aos países membros.

Projeta-se que as receitas diminuam, em média, 2,6% do PIB por comparação com 2019, sendo os países exportadores de petróleo e dependentes do turismo particularmente afetados. Em termos nominais, as receitas orçamentais em 2020 diminuirão cerca de 70 mil milhões de USD, comparativamente às projeções anteriores à crise, de outubro de 2019.

Figura 1.4. África Subsariana: Previsões de crescimento do PIB real no mais curto prazo



Fontes: Haver Analytics; FMI, bases de dados internas; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: As previsões de muito curto prazo baseiam-se na aprendizagem automática e exploram padrões estatísticos não lineares históricos. O crescimento na África Subsariana é aproximado pelo crescimento em 11 países: África do Sul, Angola, Botsuana, Camarões, Côte d'Ivoire, Gana, Lesoto, Namíbia, Nigéria, Quénia e Tanzânia. Estes países representam cerca de três quartos do PIB-PPC da região.

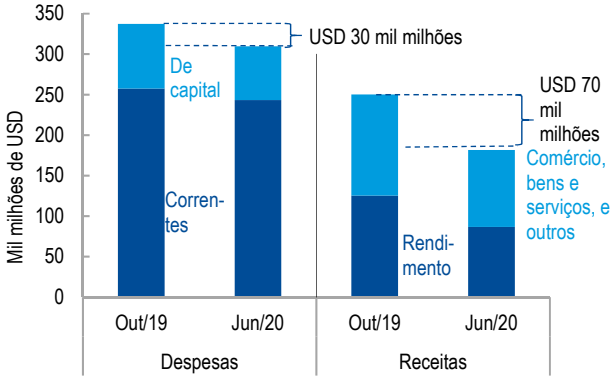
Embora se projete que as despesas orçamentais globais aumentem, em média, 0,9% do PIB em 2020, deverão diminuir em termos nominais cerca de 30 mil milhões de USD face às projeções de outubro de 2019 (Figura 1.5).

Consequentemente, os défices orçamentais deverão aumentar, em média, para 7,6% do PIB em 2020, o que corresponde a quase o dobro da sua média de cerca de 4,4% do PIB em 2019. Nos países exportadores de petróleo, prevê-se que o défice médio aumente cerca de 2,8 p.p., para 6,2% do PIB em 2020, ao passo que nos países importadores de petróleo se projeta que aumente 3,3 p.p., para 8,3% do PIB. Projeta-se que o défice médio diminua para 5,8% do PIB em 2021 na África Subsariana, pressupondo que o crescimento recupere e as medidas de combate à crise sejam reduzidas conforme previsto.

Os níveis da dívida eram já elevados antes da crise da COVID-19. Entre os 35 países da região, sobretudo os de baixos rendimentos, cujas classificações de notação são preparadas pelo FMI, nove foram classificados como estando expostos a um elevado risco de sobre-endividamento e sete já se encontravam em situação de sobre-endividamento. Em média, os níveis da dívida pública na região deveriam diminuir gradualmente antes da pandemia, mas agora é certo um aumento significativo dos níveis da dívida em geral. Maiores défices orçamentais, depreciações da taxa de câmbio e a trajetória de crescimento do PIB inferior deverão provocar, em média, um aumento do rácio dívida/PIB de 7,3 p.p. do PIB em 2020, correspondendo a 64,8% do PIB (média simples), o que irá enfraquecer ainda mais os indicadores de sustentabilidade da dívida. Embora se preveja que os rácios da dívida estabilizem em 2022 à medida que os países recuperem da crise, estas projeções estão sujeitas a uma incerteza considerável quanto às perspetivas económicas e à capacidade de os países reverterem as receitas fiscais para os seus níveis anteriores. É também provável que alguns países tenham acumulado atrasados e passivos contingentes, alguns dos quais migrarão para os balanços do governo central e aumentarão a carga da dívida. Para alguns países, o choque da COVID-19 pode empurrar a sua dívida para além dos limites da sustentabilidade.

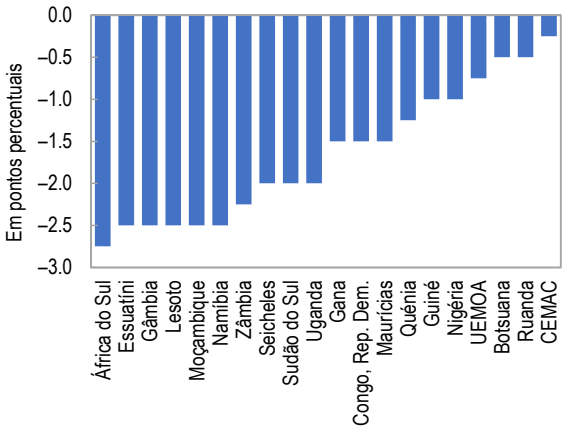
As políticas monetárias e prudenciais foram flexibilizadas para apoiar as economias e os sistemas financeiros. Em países com espaço para a aplicação de políticas, as autoridades monetárias baixaram agressivamente as taxas de juro diretoras, com reduções cumulativas desde o final de 2019 de até 275 p.b. na África do Sul, 250 p.b. na Namíbia, 200 p.b. no Uganda e 150 p.b. no Gana (Figura 1.6). Além disso, introduziram instrumentos de crédito para injetar liquidez no sistema bancário, que variam entre 0,5% do PIB em Angola, 2,4% do PIB na Nigéria e 3% do PIB na Zâmbia. Em alguns países, as autoridades atenuaram as restrições e permitiram que as taxas de câmbio se ajustassem para amortecer os choques financeiros e nos termos de troca (por ex., Angola, Etiópia e Nigéria). Paralelamente, as autoridades bancárias flexibilizaram temporariamente as normas prudenciais (por ex., Botsuana, Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe) e utilizaram a flexibilidade prevista nos quadros regulamentares, nomeadamente para as operações de reestruturação de empréstimos

Figura 1.5. África Subsariana: Receitas e despesas orçamentais, 2020



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

Figura 1.6. África Subsariana: Evolução das taxas de política monetária desde finais de 2019



Fontes: Haver Analytics; e FMI, *International Financial Statistics*.

(por ex., Tanzânia, Uganda). Alguns países recorreram igualmente ao financiamento monetário dos défices orçamentais (por ex., o Gana).

Apesar dos condicionalismos, os países utilizaram soluções internas e inovadoras para garantir que as transferências beneficiem o maior número possível de pessoas

Está a ser prestada assistência social às famílias vulneráveis através de transferências em dinheiro ou em espécie para compensar as perdas de rendimento e prevenir a erosão do capital humano, através de programas como a rede de segurança produtiva urbana na Etiópia ou o programa de apoio alimentar da Libéria dirigido às famílias atingidas pela pandemia. Os países estão a utilizar as redes existentes de organizações de base ou os governos locais para identificar e apoiar as famílias, como a Mudu Gudu, no Ruanda, ou a Fokontany, em Madagáscar. O Togo está a utilizar o seu registo de eleitores, que tem uma base de dados centralizada com números de identificação atribuídos e informações sobre a cidadania, a residência e o emprego. Nos países em que as contas bancárias são generalizadas (Maurícias, Namíbia), estas estão a ser utilizadas como sistema primário de prestação de apoio. Alguns países tencionam efetuar pagamentos utilizando dinheiro móvel, que é simultaneamente mais económico e favorável ao distanciamento social (Benim, Côte d'Ivoire, Madagáscar, Namíbia, Togo, Zimbabué). A África do Sul aumentou temporariamente os subsídios sociais existentes por um período de seis meses, intensificou a distribuição de pacotes de alimentos e criou um novo subsídio de seis meses para os trabalhadores desempregados e em situação social difícil. Metade dos países na região estão a utilizar vários regimes – Madagáscar, por exemplo, está a planear apoio em espécie, transferências de dinheiro, lojas subvencionadas com bens de primeira necessidade e apoio às faturas dos serviços de utilidade pública.

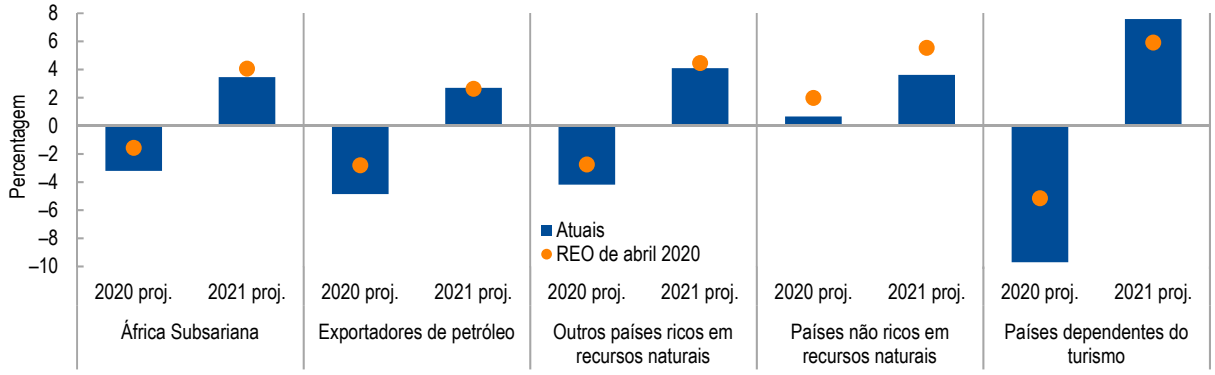
PERSPETIVAS ECONÓMICAS

Na África Subsariana, agravamento da recessão em 2020 e recuperação gradual em 2021

Crescimento em 2020. As projeções são de que a economia regional se contraia 3,2% em 2020, ou seja, mais 1,6 p.p. do que o previsto em abril (Tabela 1). Em comparação com as projeções de abril de 2020, o crescimento foi revisto em baixa para 37 de 45 países. Em termos nominais, o PIB regional em 2020 será inferior em 243 mil milhões de USD ao projetado em outubro de 2019. As maiores revisões em sentido descendente referem-se às economias dependentes do turismo, como as Comores e as Maurícias (em média, quase 5 p.p.). O crescimento dos países exportadores de petróleo foi revisto em baixa de 2 p.p., em média, e o dos exportadores de outras matérias-primas de 1,5 p.p. No caso das economias mais diversificadas (por exemplo, Côte d'Ivoire, Ruanda, Senegal e Uganda), o crescimento foi reduzido em cerca de 1,5 p.p., mas deverá manter-se positivo em 2020 (Figura 1.7).

Crescimento em 2021. Projeta-se que o crescimento na África Subsariana recupere apenas gradualmente, pressupondo que a pandemia se atenue e os confinamentos abrandem ainda mais no segundo semestre de 2020. O crescimento regional deverá ser de 3,4% em 2021, ou seja, 0,6 p.p. inferior à projeção de abril de 2020. A recuperação

Figura 1.7. África Subsariana: Crescimento do PIB real, 2020–21



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

projetada para 2021 é menos acentuada do que a taxa de crescimento mundial prevista, uma vez que os pacotes de políticas implementados pelos países da África Subsariana para facilitar a recuperação são consideravelmente menores aos implementados nas economias de mercado avançadas e em muitas economias de mercado emergentes. Nas maiores economias da região (África do Sul, Angola, Nigéria), projeta-se que o PIB real regresse aos níveis anteriores à crise somente em 2023 ou 2024.

Entre as grandes economias:

- Na *África do Sul*, as projeções apontam para uma contração da atividade de 8,0% em 2020 (2,2 p.p. mais acentuada comparativamente à edição de abril de 2020 das *Perspetivas económicas regionais: África Subsariana*), dado que a Fase 5 do confinamento (a mais rigorosa) foi prorrogada até ao final de abril e gradualmente aliviada em maio e junho, com o apoio das medidas de políticas. Projeta-se que a economia recupere 3,5% em 2021, graças à melhoria da atividade empresarial e da confiança, uma vez que as autoridades estão a realizar progressos na implementação de políticas destinadas a impulsionar o crescimento e a estabilizar a dívida pública.

- Na *Nigéria*, projeta-se que a contração económica aumente para 5,4% em 2020 (uma diminuição de 2.0 p.p. face à edição de abril de 2020 das *Perspetivas económicas regionais: África Subsariana*), uma vez que o país foi fortemente afetado pela queda dos preços do petróleo, pela diminuição da quota de produção de petróleo e pelo declínio da atividade. O crescimento deverá recuperar para 2,6% em 2021 com a subida dos preços do petróleo e o aumento da produção.

- Em *Angola*, projeta-se que a atividade continue a diminuir pelo quinto ano, com uma redução do PIB de 4,0% em 2020 (2,6 p.p. pior comparativamente à edição de abril de 2020 das *Perspetivas económicas regionais: África Subsariana*), o que reflete a diminuição da produção e dos preços do petróleo, a restritividade das condições de crédito e o declínio da atividade empresarial nacional. A subida dos preços do petróleo e medidas públicas de apoio contribuem para relançar o crescimento económico para 3,2% em 2021.

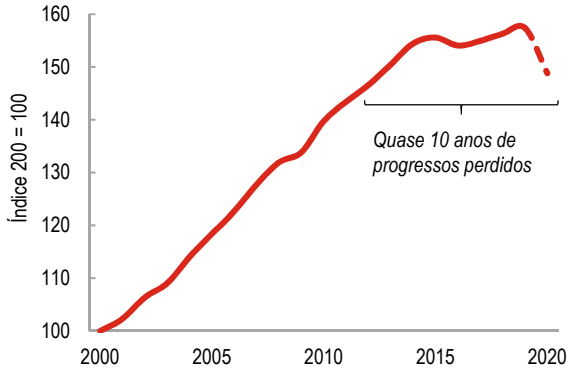
- Na *Etiópia*, projeta-se que o crescimento seja de 1,9% no exercício de 2020, 1,3 p.p. inferior ao da edição de abril de 2020 das *Perspetivas económicas regionais: África Subsariana*, estagnando, depois, completamente no exercício de 2021, uma vez que o efeito negativo dos confinamentos tem sido superior ao previsto.

O impacto da crise deverá destruir quase 10 anos de progressos em matéria de desenvolvimento

As projeções indicam que o PIB real per capita na região sofrerá uma contração de 5,4% em 2020, antes de recuperar 1,1% em 2021. Tal significa que o PIB per capita será 7 p.p. inferior ao nível projetado antes do surto da COVID-19, em outubro de 2019, situando-se próximo ao nível registado em 2010 (Figura 1.8).

Pobreza e desigualdade. É provável que a COVID-19 provoque o primeiro aumento da pobreza a nível mundial desde 1998, ano da crise asiática. De acordo com as estimativas do Banco Mundial, na África Subsariana, a pandemia poderá empurrar cerca de 26 milhões de pessoas para a pobreza extrema em 2020 e até 39 milhões se os riscos em sentido descendente do crescimento se materializarem. Ao mesmo tempo, prevê-se um aumento das desigualdades de rendimento, uma vez que os confinamentos afetaram de forma desproporcionada os trabalhadores do setor informal e as pequenas e médias empresas nos setores dos serviços. Por exemplo, quase todas as famílias inquiridas no Quénia declararam que os seus rendimentos diminuíram e cerca de metade afirmou que está a "cozinhar com menor frequência" e "alterou a sua dieta". No Uganda, cerca de metade

Figura 1.8. África Subsariana: PIB real per capita, 2000–20



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

das famílias afirmou não poder manter o seu estilo de vida mesmo durante um dia de quarentena, o que reflete a elevada percentagem de pessoas que trabalha no setor informal e que depende do rendimento diário para a sua subsistência.

Riscos para as perspetivas

As perspetivas económicas para a África Subsariana estão sujeitas a uma elevada incerteza. A flexibilização das medidas de contenção poderia conduzir a uma aceleração ainda mais rápida das infeções, com efeitos potencialmente devastadores para os sistemas de saúde e para a população. Mesmo que os países da África Subsariana evitem novos confinamentos, o abrandamento do crescimento mundial poderá pesar sobre a atividade através das ligações comerciais e financeiras, e as perturbações do mercado financeiro poderão aumentar as tensões. Além disso, um abrandamento persistente do turismo internacional poderá afetar a retoma das economias dependentes dos serviços.

No entanto, por ter uma população mais jovem e mais dispersa, a região poderia suportar a tempestade da COVID-19 com menos vítimas mortais do que noutras partes do mundo. Simultaneamente, o enorme estímulo de políticas adotado pelas economias avançadas poderia reduzir os prémios de risco do mercado, estreitar os diferenciais das taxas de juro sobre dívidas soberanas e restabelecer os fluxos financeiros para as economias em desenvolvimento mais rapidamente do que o previsto neste momento. Posto isto, um desalinhamento entre as condições financeiras e os fundamentos subjacentes aumenta o risco de uma restritividade súbita com consequências adversas para os balanços e o crescimento nas economias de fronteira.

A pandemia da COVID-19 vem somar-se aos desafios existentes em matéria de segurança e ambiente, que podem agravar a insegurança alimentar em alguns países e exacerbar as desigualdades. Ainda que os confinamentos não sejam tão rigorosos como o previsto, a pandemia poderá impedir que se trabalhe nos campos, expor ao risco de fome as famílias em cidades que dependem de serviços informais e diminuir o rendimento escolar, uma vez que os estudantes sem acesso a ferramentas de ensino online perderão oportunidades inestimáveis de aprendizagem. As perturbações do comércio regional e mundial podem prejudicar as importações de alimentos ou de insumos essenciais, como sementes e fertilizantes. Estes riscos são agravados pelo enorme surto de gafanhotos na África Oriental (incluindo Etiópia, Quénia, Sudão do Sul e Uganda), pelas secas locais e desafios em matéria de segurança na região do Sahel.

PRIORIDADES DE POLÍTICAS NO FUTURO PRÓXIMO

Os países de baixos rendimentos em desenvolvimento na África Subsariana são confrontados com escolhas políticas mais difíceis do que os países mais ricos. No tocante à escala do apoio que podem suportar e ao ritmo ao qual podem reabrir as suas economias, os países de baixos rendimentos em desenvolvimento enfrentam os seguintes problemas:

- **Assimetria.** Embora tenham sido necessárias medidas de contenção nacionais para limitar a infeção e salvar vidas, estas envolveram custos excessivamente elevados para as camadas mais pobres da população, cujos meios de subsistência foram destruídos, o que levou a um aumento da pobreza e da insegurança alimentar.

- **Viabilidade financeira.** Os países de baixos rendimentos em desenvolvimento dispõem de menos espaço orçamental do que as economias avançadas e os grandes mercados emergentes para financiar um encerramento prolongado e apoiar a economia. Estas economias entraram nesta crise com níveis de dívida mais elevados do que há uma década, o que limitou a sua resposta à crise, uma vez que só têm meios para pacotes de políticas muito mais pequenos do que outros mercados emergentes ou economias avançadas.

- **Assincronia.** O momento da reabertura em relação a outras economias – a nível regional ou mundial – é importante para os países de baixos rendimentos em desenvolvimento. A reabertura antes do final da crise sanitária aumenta os riscos de isolamento da região através das atuais restrições de viagem e comerciais – por exemplo, através de proibições de viagem e barreiras não tarifárias. Isto significa que os benefícios da reabertura só serão parcialmente concretizados devido à persistência de choques negativos na procura externa.

A confluência destes fatores condiciona a resposta das políticas públicas, mas a prioridade continua a ser a preservação da saúde e das vidas. Sempre que as taxas de infeção continuem a aumentar, as despesas com saúde, incluindo equipamento de proteção individual, devem ser mantidas, a fim de garantir que os sistemas públicos de saúde não ficam sobrecarregados.

À medida que as economias começam a recuperar, os países devem passar de um apoio orçamental abrangente para políticas mais acessíveis e orientadas. Estas políticas devem centrar-se nas famílias mais pobres e nos setores mais afetados pela crise sanitária. Os níveis elevados de informalidade já constituem um grande desafio para a prestação de apoio mais amplo de políticas públicas ao resto da economia, o que será cada vez mais difícil se as condições de financiamento se deteriorarem ainda mais e os recursos tiverem de ser redirecionados para a saúde pública. Os países que dispõem de meios – aqueles com mais espaço orçamental – poderão apoiar determinadas atividades, por exemplo, setores com grandes repercussões positivas para o resto da economia, que poderão contribuir para uma retoma incipiente, ajudando simultaneamente a limitar a acumulação da dívida.

As políticas monetárias devem permanecer acomodatícias nos países em que as pressões inflacionistas são limitadas. Sempre que possível, as autoridades monetárias devem continuar a fornecer liquidez às instituições bancárias e financeiras e a assegurar o processamento atempado de todas as transações de pagamentos e liquidações, levantamentos de depósitos e transferências de remessas. Os bancos devem ser autorizados a utilizar as reservas de fundos próprios e a flexibilidade proporcionada pelos quadros macroprudenciais para se adaptar aos choques relacionados com a COVID-19 e reestruturar as suas carteiras de empréstimos. Nos países com regimes de taxa de câmbio flutuante, a flexibilidade da taxa de câmbio pode ajudar a amortecer os choques externos, enquanto a utilização de parte das reservas para atenuar um ajustamento desordenado poderá mitigar as potenciais implicações financeiras dos desfasamentos entre moedas.

Após a crise, os países devem colocar as suas finanças públicas numa trajetória coerente com a sustentabilidade da dívida e retomar as reformas estruturais. No entanto, ao suspender as medidas fiscais de emergência, é necessário ter cuidado para que isto não prejudique a recuperação da atividade e das receitas. Mesmo à medida que crise sanitária retrocede, os governos serão confrontados com um novo conjunto de dilemas, tendo em conta os danos para a mobilização das receitas internas e a incerteza global quanto às perspetivas mundiais, que irão provavelmente travar a procura externa e continuar a prejudicar os fluxos de entrada de receitas vitais das exportações e os investimentos. Assim, em última análise, as medidas destinadas a aumentar as receitas e racionalizar as despesas (incluindo os subsídios), contribuirão para criar espaço para o investimento público na educação e em infraestruturas essenciais, o que inclui a digitalização, que permitem promover um crescimento verde, sustentável e gerador de emprego. Além disso, as autoridades deverão reorientar-se para uma agenda de reformas estratégicas que promova um crescimento mais vigoroso, sustentável e inclusivo.

ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL

As instituições financeiras internacionais prestaram a muito necessária assistência à África Subsariana. Em 25 de março, o FMI e o Banco Mundial instaram os países do G-20 a conceder o alívio da dívida aos países mais pobres. Em 26 de março, o FMI alterou o Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes (CCRT) para prestar um alívio imediato do serviço da dívida aos seus países membros mais pobres e mais vulneráveis, afetados pela pandemia da COVID-19. Até 16 de junho, o FMI tinha aprovado um alívio do serviço da dívida a 28 países – 21 dos quais na África Subsariana – durante um período inicial de seis meses (com termo em 13 de outubro), que pode ser prorrogado até dois anos, desde que o CCRT disponha de recursos suficientes. Em 15 de abril, o G-20 anunciou a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida, que permite aos países mais pobres do mundo – a maioria deles em África – suspender até 14 mil milhões de USD em pagamentos do serviço da dívida durante um período de oito meses entre maio e dezembro de 2020. Os países que enfrentam desafios em

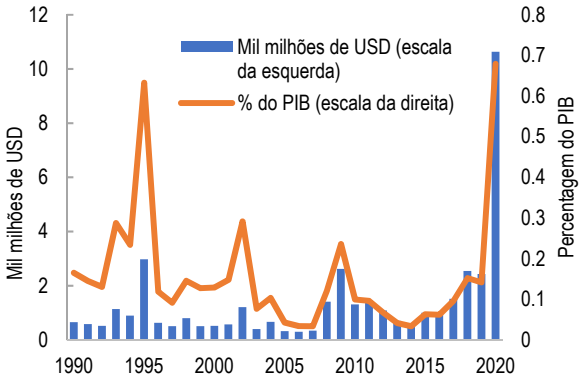
matéria de sustentabilidade da dívida devem encetar negociações proativas com os credores oficiais e do setor privado relativas à reestruturação dos seus pagamentos do serviço da dívida. Os países da África Subsariana devem também explorar todas as opções disponíveis de apoio internacional.

O FMI duplicou igualmente o acesso aos seus instrumentos de crédito de emergência. Os limites de acesso à Linha de Crédito Rápido (RCF) e ao Instrumento de Financiamento Rápido (RFI) foram temporariamente duplicados de 50% para 100% da quota do país por ano, o que permitiu ao FMI satisfazer a procura de financiamento mundial prevista de cerca de 100 mil milhões de USD. Em meados de junho, 29 países da África Subsariana tinham recebido desembolsos do FMI num total de cerca de 10,1 mil milhões de USD através destes instrumentos de emergência ou do aumento do acesso ao abrigo dos acordos de programas existentes (Figuras 1.9 e 1.10)[1].

Apesar disso, é urgente um maior apoio internacional para que a África Subsariana ultrapasse a crise e regresse ao crescimento sustentável. Os países de África continuam a enfrentar necessidades de financiamento que ascendem a mais de 110 mil milhões de USD somente em 2020, com 44 mil milhões de USD ainda por financiar.

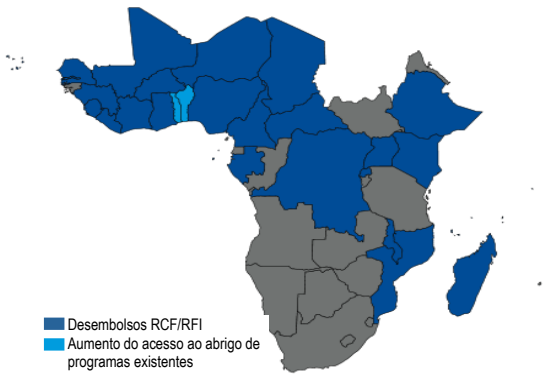
A cooperação internacional e regional pode ajudar a facilitar uma flexibilização coordenada das restrições à circulação. A observância das normas sanitárias e a aplicação uniforme de métodos de testagem e de rastreio do vírus devem preparar o caminho para a reabertura das viagens internacionais e do turismo. Será importante assegurar a supressão das restrições às trocas comerciais de material médico essencial, a partilha de informações sobre a pandemia e a intensificação do apoio técnico aos países com capacidade limitada em matéria de saúde, nomeadamente através da Organização Mundial da Saúde. Quando uma vacina, um medicamento ou um tratamento para a COVID-19 forem finalmente desenvolvidos, deverão ser disponibilizados aos países pobres como bem público internacional, conforme o compromisso assumido pela China.

Figura 1.9. África Subsariana: Desembolsos do FMI, 1990–2020



Fonte: FMI, dados financeiros.
Nota: Os dados de 2020 referem-se a 24 de junho de 2020.

Figura 1.10. África Subsariana: Assistência do FMI ligada à COVID-19



Fonte: Corpo técnico do FMI.

[1] https://www.imf.org/en/Topics/imf-and-covid19/COVID-Lending-Tracker#AFR

Tabela 1. Crescimento do PIB real e do PIB real per capita
(Em percentagem)

	Crescimento do PIB real						Crescimento do PIB real per capita					
			Projeções		Diferença em relação às projeções de abril de 2020				Projeções		Diferença em relação às projeções de abril de 2020	
	2018	2019	2020	2021	2020	2021	2018	2019	2020	2021	2020	2021
Angola	–1.2	–0.9	-4.0	3.2	-2.6	0.5	–4.2	–3.8	-6.8	0.2	-2.6	0.5
África do Sul	0.8	0.2	-8.0	3.5	-2.2	-0.5	–0.7	–1.3	-9.4	1.9	-2.2	-0.5
Benim	6.7	6.9	2.2	6.0	-2.3	0.1	3.8	3.9	-0.6	3.1	-2.2	0.1
Botsuana	4.5	3.0	-9.6	8.6	-4.2	1.9	2.6	1.1	-11.2	6.7	-4.1	1.8
Burquina Faso	6.8	5.7	0.9	4.7	-1.1	-1.1	3.8	2.7	-1.9	1.7	-1.1	-1.1
Burundi	1.6	1.8	-5.5	4.2	0.0	0.0	–1.3	–1.2	-8.3	1.2	0.0	0.0
Cabo Verde	4.5	5.7	-5.5	5.0	-1.5	-0.5	5.0	4.4	-6.7	3.8	-1.5	-0.5
Camarões	4.1	3.7	-3.5	3.3	-2.3	-0.7	1.5	1.2	-5.9	0.8	-2.3	-0.7
Chade	2.3	3.0	-0.8	6.2	-0.7	0.1	–0.7	–0.1	-3.7	3.1	-0.7	0.1
Comores	3.6	1.9	-6.0	2.7	-4.9	-0.4	0.9	–0.8	-8.5	0.0	-4.8	-0.4
Congo, Rep. Dem. do	5.8	4.4	-2.2	3.5	0.0	0.0	2.7	1.3	-5.1	0.5	0.0	0.0
Congo, Rep. do	–6.4	–0.6	-8.6	-1.1	-6.3	-4.5	–8.7	–3.0	-10.8	-3.5	-6.2	-4.4
Côte d'Ivoire	6.8	6.9	1.8	6.2	-0.9	-2.5	4.1	4.2	-0.8	3.5	-0.9	-2.4
Eritreia	13.0	3.8	-0.6	5.7	-0.7	-0.1	11.7	2.5	-2.0	4.1	-0.4	0.1
Essuatíni	2.4	1.1	-3.5	1.4	-2.5	-0.4	1.3	0.2	-4.5	0.3	-2.5	-0.4
Etiópia[1]	7.7	9.0	1.9	0.0	-1.3	-4.4	6.0	6.2	0.3	-1.6	-1.3	-4.3
Gabão	1.0	3.8	-0.9	2.1	0.3	-1.4	–0.4	2.4	-2.2	0.8	0.3	-1.4
Gâmbia	7.0	6.2	-1.5	7.0	-4.0	0.5	3.9	3.1	-4.4	3.9	-3.9	0.5
Gana	6.3	6.1	1.5	5.9	0.0	0.0	4.1	4.0	-0.5	4.2	0.0	0.0
Guiné	6.2	5.6	1.4	6.6	-1.5	-1.0	3.6	3.1	-1.0	4.0	-1.4	-0.9
Guiné Equatorial	–5.8	–6.1	-8.1	2.5	-2.7	0.3	–9.1	–9.3	-11.2	-0.7	-2.6	0.3
Guiné-Bissau	3.4	4.5	-1.9	4.0	-0.4	1.0	1.1	2.3	-4.0	1.8	-0.4	1.0
Lesoto	0.4	0.9	-4.5	3.5	0.7	-1.6	–0.3	0.3	-5.2	2.3	0.7	-1.6
Libéria	1.2	–2.5	-2.5	4.0	0.0	0.0	–1.3	–4.9	-4.9	1.5	0.0	0.0
Madagáscar	4.6	4.8	-1.0	4.2	-1.4	-0.8	1.9	2.1	-3.5	1.6	-1.4	-0.8
Maláui	3.2	4.5	1.0	2.5	0.0	0.0	0.3	1.6	-1.8	-0.4	0.0	0.0
Mali	5.2	5.1	0.0	5.5	-1.5	1.4	2.1	2.0	-2.9	2.4	-1.4	1.3
Maurícias	3.8	3.5	-12.2	8.9	-5.4	3.0	3.7	3.4	-12.2	8.9	-5.4	3.0
Moçambique	3.4	2.2	1.4	4.2	-0.8	-0.5	0.7	–0.5	-1.3	1.5	-0.8	-0.5
Namíbia	0.7	–1.1	-6.0	3.6	-3.5	0.4	–1.2	–3.0	-7.8	1.6	-3.5	0.4
Níger	7.0	5.5	0.5	6.9	-0.4	-1.2	3.0	1.6	-3.2	3.0	-0.4	-1.2
Nigéria	1.9	2.2	-5.4	2.6	-2.0	0.3	–0.7	–0.4	-7.8	0.1	-1.9	0.3
Quénia	6.3	5.4	-0.3	4.0	-1.3	-2.1	3.8	2.9	-2.5	1.7	-0.8	-1.6
Rep. Centro-Africana	3.8	3.0	-1.0	3.0	-2.0	-1.0	2.3	1.3	-2.7	1.1	-2.0	-1.0
Ruanda	8.6	9.4	2.0	6.3	-1.5	-0.3	5.9	6.8	-0.1	3.9	-1.3	-0.3
São Tomé e Príncipe	3.0	1.3	-6.5	3.0	-0.5	-2.5	0.6	–0.6	-8.6	0.7	-0.5	-2.4
Seicheles	3.8	3.9	-13.8	4.2	-2.9	-3.9	2.6	2.9	-14.5	3.3	-2.9	-3.8
Senegal	6.4	5.3	1.3	4.0	-1.7	-1.5	3.4	2.4	-1.5	1.1	-1.6	-1.5
Serra Leoa	3.5	5.1	-3.1	2.7	-0.8	-1.3	1.3	2.9	-5.1	0.6	-0.8	-1.3
Sudão do Sul	–1.1	11.3	4.7	-1.0	-0.2	-4.2	–4.1	7.9	1.6	-4.0	-0.2	-4.1
Tanzânia	7.0	6.3	1.9	3.6	-0.1	-0.9	3.8	3.2	-1.0	0.6	-0.1	-0.9
Togo	4.9	5.3	1.0	4.0	0.0	0.0	2.3	2.7	-1.5	1.4	0.0	0.0
Uganda	6.3	4.5	1.8	2.6	-1.7	-1.6	3.2	1.9	-1.6	-0.4	-1.6	-1.6
Zâmbia	4.0	1.5	-5.1	0.6	-1.6	-1.8	0.9	–1.5	-7.9	-2.4	-1.5	-1.7
Zimbabué[2]	3.5	–6.5	-10.4	4.2	-3.0	1.6	2.0	–8.2	-12.1	2.1	-2.9	1.6
África Subsariana	**3.2**	**3.1**	**-3.2**	**3.4**	**-1.6**	**-0.6**	**0.9**	**0.7**	**-5.4**	**1.1**	**-1.6**	**-0.6**
Mediana	3.8	3.9	-1.5	4.0	-1.5	-0.5	2.0	1.9	-4.0	1.5	-1.4	-0.5
Excl. a Nigéria e a África do Sul	4.8	4.5	-0.6	3.8	-1.3	-1.1	2.2	1.9	-3.1	1.3	-1.3	-1.0
Países exportadores de petróleo	**1.3**	**1.9**	**-4.9**	**2.7**	**-2.1**	**0.1**	**-1.3**	**-0.7**	**-7.3**	**0.1**	**-2.0**	**0.0**
Excl. a Nigéria	–0.2	1.1	-3.4	2.9	-2.2	-0.5	-3.0	-1.6	-6.0	0.1	-2.1	-0.5
Países importadores de petróleo	**4.4**	**3.8**	**-2.2**	**3.9**	**-1.4**	**-1.0**	**2.2**	**1.6**	-4.3	1.7	-1.4	-1.0
Excl. a África do Sul	6.0	5.3	0.0	4.0	-1.1	-1.2	3.5	2.7	-2.4	1.6	-1.1	-1.2
Países de rendimento médio	**2.3**	**2.2**	**-4.7**	**3.5**	**-1.9**	**-0.4**	**0.0**	**-0.1**	**-6.8**	**1.3**	**-1.8**	**-0.3**
Excl. a Nigéria e a África do Sul	3.6	3.5	-1.9	4.3	-1.6	-0.8	1.2	1.1	-4.2	2.0	-1.5	-0.7
Países de baixo rendimento	**6.0**	**5.7**	**0.7**	**3.3**	**-1.0**	**-1.4**	**3.3**	**2.8**	**-1.9**	**0.7**	**-1.0**	**-1.4**
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil	6.7	6.6	1.5	2.9	-1.1	-1.9	4.1	3.7	-1.0	0.4	-1.0	-1.9
Países em situação frágil	**4.5**	**4.3**	**-0.8**	**4.6**	**-1.1**	**-1.0**	**1.8**	**1.6**	**-3.4**	**1.9**	**-1.1**	**-1.0**
Zona do franco CFA	4.4	4.6	-0.4	4.7	-1.5	-1.2	1.6	1.8	-3.1	1.9	-1.4	-1.1
CEMAC	0.8	1.9	-3.7	3.0	-2.1	-1.0	-1.7	-0.5	-6.0	0.5	-2.0	-1.0
UEMOA	6.4	6.1	1.3	5.6	-1.2	-1.3	3.5	3.2	-1.5	2.6	-1.1	-1.2
COMESA (membros da ASS)	6.0	5.2	-0.8	2.7	-1.4	-1.9	3.7	2.6	-3.0	0.4	-1.3	-1.7
CAO-5	6.6	5.7	1.0	3.7	-0.9	-1.4	3.7	2.9	-1.7	1.0	-0.8	-1.2
CEDEAO	3.4	3.6	-2.9	3.8	-1.5	-0.2	0.8	0.9	-5.4	1.2	-1.5	-0.2
SACU	1.0	0.3	-7.9	3.7	-2.3	-0.4	-0.5	-1.2	-9.3	2.1	-2.3	-0.4
SADC	2.1	1.3	-5.3	3.6	-1.9	-0.3	0.0	-0.8	-7.2	1.5	-1.8	-0.3

Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook* .
Nota: As cifras compósitas dos grupos de países relativamente ao crescimento do PIB real são calculadas como a média aritmética dos dados de cada país, ponderada pelo PIB avaliado pela paridade do poder de compra e expressa em percentagem do PIB total do grupo.
[1] Dados do exercício orçamental.
[2] Em 2019, as autoridades do Zimbabué introduziram o dólar RTGS, posteriormente rebatizado de dólar do Zimbabué, e estão em vias de redenominar as suas estatísticas das contas nacionais. Os dados atuais estão sujeitos a revisão. O dólar do Zimbabué havia deixado de circular em 2009 e, entre 2009 e 2019, o país operava no âmbito de um regime de moedas múltiplas, tendo como unidade de conta o dólar dos Estados Unidos